

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ESCOLAS BILÍNGUES E INTERCULTURAIS: ESTUDO SOBRE A TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS/PR

Luciani Wolf[1]

Viviane Kellen Vygte Barão[2]

Círculo de Saber: 04. Formação Inicial e Continuada de Professores

Resumo:

O presente texto tem como objetivo analisar documentos da política educacional na educação escolar indígena e discutir a formação de professores indígenas bilíngues, a partir da Constituição Federal de 1988. A Constituição é marco fundamental para a garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil, sendo os principais o direito sobre as terras, a proteção de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e processos próprios de aprendizagem. Com o Decreto nº 26/1991 a educação escolar indígena torna-se competência do Ministério da Educação e Cultura - MEC, que passou a elaborar instrumentos orientadores para essa modalidade de educação. O trabalho apresenta uma breve análise sobre a formação de professores indígenas, a partir dos seguintes documentos: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (2002) e Resolução CNE/CEB N.5 2012. A partir das diretrizes estabelecidas nestes documentos normativos, analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas escolas de Educação Básica da Terra Indígena Rio das Cobras, abordando os avanços e os limites em relação à formação intercultural de professores bilíngues Kaingang. Nos referidos PPPs apresentam-se alguns destaques em relação a formação diferenciada destes professores mas

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/Unicentro.
E-mail: luciani.wolf@yahoo.com.br
[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/Unicentro
E-mail:vivikellenvygte@gmail.com



também uma conformidade aos ditames do Estado, reproduzindo o que é comum nas escolas da rede regular de ensino.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Projeto Político Pedagógico; Legislação.

Introdução

No presente estudo abordamos sobre como a questão da formação de professores vem sendo apresentada historicamente após a Constituição de 1988. Antes da Constituição de 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado por meio do Serviço de Proteção ao Índio - SPI e posteriormente, pela Fundação Nacional do Índio FUNAI, com a política de integrá-los à sociedade nacional gradativamente porque não se reconhecia sua diversidade étnica e cultural.

Atualmente mais de trezentos e cinco povos indígenas vivem no Brasil, esses povos, falam mais de duzentas e setenta línguas diferentes e seus territórios se localizam em toda a extensão do país.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) constitui-se no marco histórico para as primeiras mudanças legais nas relações dos povos indígenas com a sociedade brasileira e o Estado. O que vinha sendo reivindicado desde fins da década de 1970. A Constituição de 1988 contribuiu para as mudanças na educação escolar indígena diante dos novos fundamentos políticos, o que culminou com a Portaria Interministerial MJ/MEC N.º 559/91, onde relata as ações para uma educação escolar diferenciada, específica de acordo com cada povo indígena.

Faustino (2011) reforça a importância da Constituição Federal de 1988, para a reforma da educação escolar indígena, marcada por seu caráter diferenciado, bilíngue e intercultural.

Conforme Pacheco (2011) perante o avanço da Constituição Federal dos anos 80 e da Lei 9.394/96, que garante aos povos indígenas o direito de estabelecer formas particulares de organização escolar, houve intenso movimento histórico dos professores indígenas na reivindicação de escolas para o interior das



comunidades. Do cerne dessas legislações e discussões, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), na década de 1990, lançou Decretos, Normas, Leis, Pareceres e Resoluções, no sentido de juridicamente implantar a Educação Escolar Indígena por diferentes estados brasileiros, na expectativa de tentar estabelecer normatização entre o sistema de ensino nas aldeias.

Dentre esses documentos, ganha destaque o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998), com objetivos de elaborar e implementar programas de educação escolar que atendessem aos anseios dos povos étnicos. (PACHECO, 2011, p.4).

Segundo a mesma autora, com função formativa, o RCNEI é um documento que pretende explicitar marcos comuns que distinguem escolas indígenas das não indígenas; refletir as novas intenções educativas que devem orientar as políticas públicas educacionais brasileiras, a fim de subsidiar na elaboração de propostas curriculares específicas para escolas em aldeias. Para tanto, reúne fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos e políticos no sentido de compor a proposta de Educação Escolar Indígena que aponte questões comuns quanto à formação de professores, programas curriculares e práticas escolares.

A partir dos anos 2000 contamos com mais dois documentos que tratam da educação escolar indígena: Referenciais para a formação de professores indígenas (BRASIL, 2002) e a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 (BRASIL, 2012).

Os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (2002), visa estabelecer diretrizes para a formação de professores que atuam em escolas indígenas e tem como objetivos orientar a formação de educadores que respeite e valorize a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas e promover uma educação escolar intercultural e bilíngue. (BRASIL, 2002)

Já a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, que visam garantir o direito à educação escolar diferenciada para os povos indígenas,



reconhecendo e valorizando suas culturas, línguas e conhecimentos tradicionais. (BRASIL, 2012)

A formação de professores indígenas é de suma importância para a garantia de uma educação escolar intercultural e bilíngue, que respeite as culturas e línguas maternas desses povos. Essa formação deve preocupar-se com a transmissão de conhecimentos, sem menosprezar o fortalecimento da identidade étnica e o protagonismo dos professores indígenas em suas comunidades. Como sabemos, há muitos desafios e limitações para se efetivar formações específicas para os professores indígenas. Perante o exposto, analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas indígenas (Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva e Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras) no que tange a formação específica para professores que atuam nestes espaços escolares, com vistas a apontar possíveis contradições entre o que está intrinsecamente exposto no PPP e o que mencionam os documentos analisados.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo desenvolvido em uma disciplina eletiva relacionada à educação escolar indígena, para obtenção de créditos no programa de pós-graduação em educação da Unicentro - PR. O estudo buscou estabelecer uma análise de três documentos que orientam a educação escolar indígena a partir da Constituição Federal de 1988 e de dois projetos políticos pedagógicos de duas escolas indígenas de educação básica da comunidade indígena Rio das Cobras, da etnia Kaingang. Utilizamos como metodologia a análise documental e de dados da legislação escolar indígena, bem como dos projetos políticos pedagógicos.

Discussão e análise dos dados:

A proposta é verificar como é tratado o tema da formação de professores na legislação acima exposta e também como a temática se apresenta nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das duas escolas de Educação Básica da comunidade indígena Rio das Cobras e se os referidos PPPs abordam uma formação de professores voltada para a realidade intercultural e bilíngue para povos indígenas, como apontam os documentos que normatizam a educação

escolar indígena Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena, 1998, Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, 2002 e Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012) que apesar das limitações, apresentam avanços no que diz respeito à essa educação que deve ser diferenciada.

As escolas cujos PPPs foram analisados são: Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva e o Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras, ambas situadas na Rodovia PR 473 KM 4.

Na Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2023), estão matriculados 210 alunos (somente indígenas), divididos em 20 turmas: 4 de educação infantil e 15 turmas de 1º ao 5º ano. Essa escola possui atualmente em seu corpo docente 39 professores, desses, apenas 19 são indígenas.

Já o Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras totaliza 224 matrículas de alunos indígenas no Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Novo Ensino Médio, além disso, o colégio integra 20 professores no total, sendo, 6 professores indígenas bilíngues e uma vice-diretora indígena, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2024).

Nas referidas escolas indígenas a maior parte dos familiares dos estudantes não possui renda fixa. Poucos são filhos de assalariados e a maioria sobrevive da venda de artesanatos e do Programa Bolsa Família. Os estudantes destas Instituições de ensino são todos indígenas, pertencentes à etnia Kaingang e todos falantes da língua materna.

A luta por uma escola diferenciada para povos indígenas e pelo cargo de professor indígena, entre outras conquistas, é decorrente de longos processos de lutas que buscam pelo protagonismo indígena na elaboração e execução de políticas públicas, entre elas a educação escolar. A partir dessas lutas por uma escola diferenciada, intercultural e bilíngue, houve alguns processos de conquista.

Conforme Bergamaschi e Medeiros (2010) em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirmou alguns pontos já apresentados na



Constituição Federal e foi mais além, citando pela primeira vez o estabelecimento de uma 'educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas', com currículo, projeto pedagógico, material didático e formação específica de professores. Destacou a importância da história e da identidade étnica dos povos indígenas para suas comunidades, apresentando, no artigo 78 da referida lei, como um dos objetivos dessa educação diferenciada 'a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências'.

Antes de discutir a questão da formação de professores presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas indígenas da comunidade Rio das Cobras, buscamos aprofundar o que trazem os documentos supracitados sobre a formação de professores indígenas.

O **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998)** é um documento que integra a série Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade. O MEC, objetiva, com este material, auxiliar no trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas.

O documento também orienta sobre a formação de professores para atuar em escolas indígenas preparando-os para trabalhar com a diversidade cultural e linguística presente nessas escolas. O RCNEI (BRASIL, 1998) objetiva auxiliar na discussão e reflexão do ensino intercultural, bilíngue, diferenciado, de modo a estreitar o que é preceito no discurso legal e nas práticas postas/impostas às escolas indígenas e enfatiza a necessidade de uma formação de professores indígenas específica, diferenciada e intercultural. Essa formação deve valorizar e fortalecer as identidades, línguas e práticas culturais das comunidades indígenas e promover a reflexão crítica sobre a escola e seu papel na sociedade.



Já de acordo com os **Referenciais para a formação de professores indígenas (2002)**, documento que começou a ser gestado em março do ano 2000, por iniciativa de Ministério da Educação, no período foi realizada uma reunião técnica com coordenadores de programas de formação de professores indígenas, oriundos de instituições governamentais e não governamentais, com o objetivo de identificar pontos comuns nas diferentes experiências de formação e titulação desses profissionais no Brasil. O Ministério da Educação reuniu 15 professores indígenas, representantes de 13 povos distintos, para discutir essas propostas e colaborar na definição do perfil profissional necessário à condução do processo escolar em territórios indígenas.

O resultado dessas discussões foi consolidado em um documento preliminar, apresentado em um seminário nacional a técnicos das secretarias estaduais de educação responsáveis pela educação indígena, os quais contribuíram para a adequação das propostas. Em seguida, uma nova versão do documento foi elaborada e enviada a pareceristas de todo o país, incluindo especialistas de universidades, organizações não governamentais e secretarias estaduais. A versão final buscou sistematizar ideias consensuais e práticas já aplicadas em diferentes contextos culturais, consideradas eficazes para enfrentar o desafio da oferta de uma formação intercultural de qualidade aos professores indígenas no Brasil.

A formação, em contextos interculturais, suscita reflexões sobre a adequação dos currículos atuais ao desenvolvimento de competências profissionais específicas. Entretanto, questiona-se se tais competências, que são pensadas e planejadas para o magistério de forma genérica, são compatíveis com as exigências dos contextos indígenas diferenciados. O Referencial para Formação de Professores contribui com tais reflexões sobre o campo de atuação docente, especialmente no que se refere à educação escolar indígena, bilíngue e intercultural.

É importante salientar que a articulação dos saberes teóricos e experiências práticas mobilizadas no cotidiano escolar, valoriza a prática como eixo da reflexão e da transformação social. Para professores indígenas, em sua maioria já atuantes

e com vasta experiência prática, essa abordagem mostra-se especialmente pertinente, ao reconhecer saberes construídos na vivência. Compreende-se que tais competências são também coletivas, definidas em diálogo com a comunidade e os pares, o que fortalece a conexão cultural e social da escola indígena com a comunidade educativa mais ampla.

Além das competências de caráter geral, há aquelas específicas, que emergem da trajetória histórica e cultural individual e coletiva de cada professor indígena. Essas competências são construídas progressivamente ao longo da vida, não apenas em espaços formais de formação, mas também nas experiências vividas em sua comunidade e não se configuram como metas padronizadas ou mensuráveis, pois variam conforme os contextos geográficos, culturais e humanos em que cada escola e etnia se insere. Portanto, devem ser consideradas referências fundamentais na organização curricular e pedagógica.

No ano de 2012, a **Resolução Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012** em seu Artigo 20 que trata da formação de professores e gestores para escolas indígenas menciona que esta deve ser prioridade dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, como parte do compromisso do Estado brasileiro com a consolidação da Educação Escolar Indígena. Formação que deve ocorrer por meio de cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais, podendo também ser realizada em cursos de magistério indígena de nível médio, respeitando as especificidades culturais e sociais de cada povo (BRASIL, 2012).

Vejamos como o tema da formação de professores para as escolas indígenas se apresenta nos Projetos Políticos Pedagógicos da Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva e do Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras, o primeiro PPP analisado (PARANÁ, 2023) da Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva, aborda a formação continuada de professores indígenas em dois momentos distintos, ainda que de forma limitada e superficial. A primeira menção aparece na página 80, e destaca que a melhoria da qualidade da formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico dependem da articulação entre as instituições formadoras, como as instituições de ensino superior e as escolas normais, as agências empregadoras, representadas pela rede de ensino.



Ressalta-se, ainda, que a formação profissional pressupõe a indissociabilidade entre a formação inicial e a formação continuada.

Segundo o documento, professores indígenas e não indígenas atuam conforme as normas estabelecidas pelas Resoluções da Secretaria de Estado da Educação, assumindo suas aulas de acordo com a classificação atribuída. A formação continuada ocorre por meio das capacitações oferecidas pelo Estado e, também, da utilização das horas-atividade para participação em web conferências do Canal do Professor, seminários, replanejamentos e estudos voltados à educação indígena e às Diretrizes Curriculares pertinentes, ainda, há envolvimento em encontros de formação, leituras formativas e estudos sobre a Educação Escolar Indígena e suas especificidades.

A segunda referência à formação docente está localizada nas páginas 194 e 195 do PPP (PARANÁ, 2023) traz um olhar mais aprofundado sobre as particularidades da Educação Escolar Indígena. Nessa menção, a formação continuada é compreendida como direito dos docentes e como requisito essencial para uma educação de qualidade. O documento reconhece que a formação de professores que atuam em escolas indígenas deve capacitá-lo como agente ativo no processo de ensino-aprendizagem, considerando o contexto intercultural em que atua.

Portanto, defende-se uma formação docente baseada em um currículo diferenciado, alinhado às novas diretrizes para a Educação Escolar Indígena. Entre os aspectos destacados estão: a formação voltada à elaboração de currículos específicos para as comunidades, o ensino bilíngue, a produção de materiais didático-pedagógicos, além da formação sociolinguística e linguística específica. Isso porque, muitas vezes, cabe ao professor liderar o processo de construção e sistematização do sistema ortográfico da língua tradicional de sua comunidade. (PARANÁ, 2023)

Apesar dos avanços apresentados na segunda parte deste PPP, no que diz respeito à formação de professores, observa-se uma certa submissão às regras e diretrizes da rede regular de ensino, o que evidencia os limites da autonomia da



escola indígena frente às políticas educacionais hegemônicas, um exemplo disso é que essa escola segue as normas padronizadas do Estado, conforme aborda o documento, e, ainda a grande maioria do corpo docente não é formado por professores indígenas.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras também traz a abordagem sobre a formação continuada dos professores em dois momentos: na primeira parte o PPP (PARANÁ, 2024) trata da formação continuada interna que ocorre para todos os profissionais da educação nos dias de Estudo e Planejamento dos professores durante a hora atividade, nas reuniões pedagógicas e nos feedbacks formativos, das jornadas do Grupo de Estudos: Formadores em Ação, da mesma forma da outra escola mencionada anteriormente. Assim, como o PPP da escola mencionada anteriormente, o Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras também ressalta sobre as web conferências disponibilizadas no Canal do Professor, de acordo com seu planejamento curricular como parte da formação dos professores. Na segunda parte do PPP que trata-se da formação continuada dos professores nesta instituição, salienta que fica difícil se o professor não mudar sua forma de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas e novas formas de ver e pensar a escola almejada.

Em seguida, o Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2024) salienta também que os professores realizam a formação continuada através de outros cursos, seminários, capacitações, planejamentos e encontros. Ressalta-se ainda que os encontros realizados na formação, são voltados para estudos das Diretrizes Curriculares, Diretrizes da Educação Escolar Indígena, bem como, através de leituras formativas e informativas.

Na perspectiva desse PPP (PARANÁ, 2024), por se tratar de uma educação diferenciada e voltada para o respeito e igualdade há também uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado para formação específica para os docentes bilíngues, capacitando-os para melhor desenvolvimento de sua prática pedagógica e uma educação de qualidade para os educandos indígenas.



No entanto, percebe-se que apesar de algumas conquistas referente a formação específica contido nos documentos normativos que foram aqui analisados, nas escolas indígenas ainda predominam as formações padronizadas, dando pouca abertura para a efetivação de formações específicas interculturais e bilíngues para os professores da Educação Escolar Indígena.

Conclusão

A formação de professores indígenas no Brasil tem sido um processo em constante construção, que busca conciliar o conhecimento tradicional com as demandas da educação escolar na atualidade. Essa modalidade de ensino, visa garantir aos povos indígenas o direito à uma educação diferenciada, tem passado por diversas transformações ao longo do tempo. Sendo assim, a formação bilíngue e intercultural são pilares da educação escolar indígena, que visam a valorização da cultura, da língua e dos conhecimentos tradicionais dos povos originários, ao mesmo tempo em que os prepara para atuarem como professores em suas comunidades. Essa abordagem objetiva fortalecer a identidade étnica, a memória histórica e a autonomia desses povos.

Diante do exposto, vale mencionar que apesar dos avanços da Educação Escolar Indígena dentro das legislações e normativas, a formação de professores indígenas ainda enfrenta desafios, como a necessidade de aprofundar a formação intercultural, garantir a efetiva participação das comunidades na elaboração dos currículos e promover de fato a valorização dos saberes tradicionais no ambiente das escolas indígenas.

Os professores indígenas desempenham um papel fundamental na Educação Escolar Indígena, atuando como mediadores entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico, fortalecendo a identidade cultural de seus povos e promovendo uma educação que respeite suas especificidades.

Mesmo com avanços conceituais, políticos e pedagógicos, as escolas indígenas ainda enfrentam grandes desafios e problemas oriundos dos limites do modelo político-administrativo das políticas públicas adotadas pelos governos e



pelo Estado, o que as assemelha ao sistema de ensino das redes estaduais regulares do país. No entanto, um dos maiores desafios da escola indígena está no campo pedagógico, ou seja, em como colocar em prática, os conceitos político-pedagógicos inovadores da educação escolar indígena, já que há grande interferência do Estado nos campos pedagógicos nas escolas indígenas. Acreditamos que, diante da análise empreendida, este seja um grande desafio da política de educação escolar indígena na atualidade.

Referências bibliográficas

BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang History, memory and tradition in Indigenous school education: a Kaingang school case study. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 - 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012.** Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 121, p. 20–21, 25 jun. 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2002.

FAUSTINO, Rosângela Célia. *Movimentos sociais, questão indígena e educação no contexto da diversidade cultural*. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 11 - n. 3 - p. 323-335 / set-dez 2011.

PARANÁ, **Projeto Político-Pedagógico Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva**. Nova Laranjeiras-PR, 2023.

PARANÁ, **Projeto Político-Pedagógico Colégio Estadual Rural Indígena Rio das Cobras**. Nova Laranjeiras-PR, 2024.

PACHECO, L. S. **Currículo intercultural, bilíngue e diferenciado**: trançados entre o RCNEI e educação escolar indígena. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 2011.